

A distinção entre Teísmo supersticioso e Teísmo genuíno, na obra *História natural da religião*, de David Hume

The distinction between superstitious Theism and genuine Theism, in the book *The natural history of religion* by David Hume

Cleber de Lira Farias*
Bolsista CAPES

RESUMO: Na obra *História natural da religião*, investigaremos a distinção feita por David Hume entre teísmo supersticioso, correspondente às crenças politeístas e monoteístas na ação intervencionista dos poderes divinos em meio à criação, e teísmo genuíno, que corresponde na crença de um ser inteligente que ordena toda a natureza no momento da criação. A partir dessa distinção, seguindo a narrativa histórica, buscaremos compreender a posição adotada pelo autor: teísmo, ateísmo ou deísmo?

PALAVRAS-CHAVES: TEÍSMO; ATEÍSMO; DEÍSMO; CRENÇA.

ABSTRACT: In the book *Natural History of Religion*, we will investigate the distinction made by David Hume between superstitious theism, which is corresponding to the polytheistic and monotheistic beliefs in interventional action of divine powers through the creation and genuine theism, which deals with the belief of an intelligent Being who rules all nature at the time of creation. From this distinction, following the historical narrative, we will seek to understand the position taken by the author: theism, deism or atheism?

KEY-WORDS: THEISM; ATHEISM; DEISM; BELIEF.

INTRODUÇÃO

Esse artigo, conduzido por uma narrativa histórico-filosófica, sugerido na obra *História natural da religião* (1757) de David Hume, entende que a ideia da existência de Deus não seja predeterminada, mas decorrente de uma perspectiva segundo a qual a crença é entendida como produto da natureza humana. Hume afirma que há um abismo entre as distintas formas de teísmo: primeiramente,

* Mestrando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: cleber.farias@ymail.com

a forma mais remota de religiosidade, compreendida pelo teísmo supersticioso, é a crença de um politeísmo idolatra, em que o homem busca a divindade não pela procura à verdade, mas pela preocupação de saciar suas necessidades e no temor de futuras calamidades. Do mesmo modo ocorre no monoteísmo, uma vez que através da crença em um puro espírito, com poderes de onipotência e de onipresença, os homens esperam a retribuição de sua liturgia religiosa. Em segundo lugar, encontra-se o teísmo genuíno, que afirma que a estrutura da natureza, através da observação de uma uniformidade, indica um autor inteligente e criador da ordem cósmica. Contudo, não seria errôneo supor um único desígnio ou plano que se sobrepõe que impulsiona a totalidade das coisas. Nesse contexto, a análise da distinção feita por Hume entre o teísmo supersticioso e o teísmo genuíno será o fio condutor desta pesquisa que nos auxiliará na busca das origens e causas do fenômeno religioso, seus efeitos sobre a vida e a conduta do homem entendidos como variações cíclicas entre o politeísmo e o monoteísmo.

Distinção entre Teísmo supersticioso e Teísmo genuíno

Seguindo a ordem cronológica das obras humeanas sobre a religião, voltaremos nossa atenção para o estudo da *História natural da religião*¹(1757), na qual Hume investiga a origem do sentimento religioso no homem, a partir da distinção feita entre o teísmo supersticioso e o teísmo genuíno. Sob essa perspectiva e através de uma leitura atenta da obra supracitada, podemos nos questionar: a filosofia da religião na perspectiva humeana acena para um teísmo ou um ateísmo? A fim de compreender a abordagem adotada por Hume na *História*, iniciaremos, como o próprio título da obra enseja, pelo estudo dos elementos históricos que fazem nascer no homem o sentimento religioso e, por conseguinte, buscar as respostas de quais efeitos este sentimento pode ocasionar na sociedade².

¹ O título dessa obra, provavelmente, foi inspirado na *Histoire Naturelle* (1744), de Bufon, que tem a intenção de estudar cientificamente os fenômenos humanos em paralelo aos estudos dos fenômenos naturais. No entanto, como destaca Robert Brow, em *The world's religions* (1982), que a *História Natural da Religião* deve compreendida, por suas conclusões, como uma sociologia da religião, uma vez que, não sendo incluída no rol das obras filosóficas, sua proposta é discutir os efeitos sociais causados pelo sentimento religioso. Cf. BROW, 1982, p. 33.

A publicação desta obra traz consigo uma preocupação atrelada à religião, o que fez com que Hume revisasse algumas partes e as alterasse para que não fosse acusado de blasfêmia. Desse modo, na *História*, logo em suas primeiras páginas, podemos observar que Hume, por contraposição com as posições incrédulas ou céticas, faz uma distinção entre o teísmo³ puro ou genuíno e o teísmo supersticioso. É importante destacar que essa posição é, certamente, elaborada com o receio de retaliações, e suas reais intenções estão escondidas. Por isso, algumas posições se apresentam de maneira velada (subentendidas, implícitas) a fim de evitar certos tipos de problemas. No entanto, serão retomadas nos *Diálogos sobre a religião natural*, obra publicada postumamente.

Por meio do teísmo genuíno podemos afirmar que todas as coisas presentes no universo se mostram com certa uniformidade, isto é, as coisas estão ajustadas ou entrelaçadas umas às outras. A uniformidade leva-nos a reconhecer a existência de um só autor, uma vez que, segundo Hume, a concepção de vários autores só serviria para tornar a imaginação complexa e não nos traz nenhuma satisfação ao entendimento. Portanto, ao afirmarmos que toda a estrutura da natureza indica um autor inteligente e criador da ordem cósmica, em que todas as coisas existentes são por ele articuladas, não seria errôneo supor um único desígnio ou plano que se sobrepõe, uniformemente, à totalidade das coisas⁴. Essa concepção, pelo fato de ser tão evidente e natural a ponto de podermos atribuir, através da experiência, um desígnio ao mundo, por isso é necessária uma investigação a fim de justificar racionalmente as estruturas da natureza. Desse modo, pelo

² Para Cabezas, a História da religião natural se destaca entre as obras acerca da filosofia da religião, uma vez que nela, "(...) onde faz uma investigação quase antropológica das origens do fenômeno" – "(...) *donde hace una investigación casi antropológica de los orígenes del fenómeno*" (CABEZAS, 2008, p. 37).

³ "Este termo, usado desde o séc. XVII para indicar genericamente a crença em Deus, em oposição a ateísmo (assim também em Voltaire, *Dictionnaire philosophique*, a. Théiste), foi definido por Kant, no seu significado específico, em oposição a *deísmo* (v.). Kant diz: "Quem só admite uma teologia transcendental é chamado de *deísta*; quem admite também uma teologia natural é chamado de *teísta*. O primeiro admite que com a razão apenas podemos conhecer um Ser originário do qual só temos um conceito transcendental, de Ser que tem realidade mas que não pode ter nenhuma determinação a mais. O segundo afirma que a razão tem condições de dar mais determinações do objeto segundo a analogia com a natureza, ou seja, pode determiná-lo como Ser que, por intelecto e liberdade, contenha em si o princípio originário de todas as outras coisas". (ABBAGNANO. 1998. p. 943).

⁴ Cf. HUME, 2005, p. 30.

uso da razão, o homem é conduzido à crença em um Ser Supremo e não à crença no politeísmo, visto que, segundo Hume, “... nenhum investigador racional pode, após uma séria reflexão, suspender por um instante sua crença em relação aos primeiros princípios do puro monoteísmo e da pura religião” (HUME, 2005, p. 21).

Por teísmo supersticioso, Hume compreende a crença do politeísmo idólatra, destacado pelas formas antropomórficas com paixões e apetites. Como Hume afirma: “Quanto mais remontamos à Antiguidade, mais encontramos a humanidade no politeísmo” (HUME, 2005, p. 23). No entanto, esse tipo de teísmo concebe também a crença do monoteísmo de uma divindade sob a forma de puro espírito, com poderes perfeitos de onipotência e onipresença e com atributos morais⁵. No caso desse teísmo, percebemos que há apenas uma elevação gradual do espírito humano, isto é, por abstração, pela qual distinguirá as partes mais nobres daquelas grosseiras concepções formando, assim, uma divindade mais elevada e pura. Entretanto, há um abismo entre essa forma de teísmo daquele genuíno, este que é transposto, como num salto, por meio de argumentos racionais fazendo com que se reconheça a ordem e o plano do universo⁶. Por isso, Hume afirma: “..., parece impossível que o monoteísmo possa ter sido, a partir do raciocínio, a primeira religião da raça humana, e tenha dado nascimento em seguida, por conta da corrupção, ao politeísmo e a todas as diversas formas de superstições do mundo pagão” (HUME, 2005, p. 28). Nesse sentido, a gênese da religião reside na natureza humana, uma vez que, por seus medos e esperanças, deposita a origem da crença em deuses com poderes passíveis de regular a ordem cósmica como, de modo semelhante, as fadas e os gnomos⁷.

Dentre os argumentos de Hume encontrados logo no início da obra *História Natural da Religião*, podemos afirmar que ele não nega a essencial verdade religiosa acerca da existência de Deus. No entanto, a sua concepção religiosa sugere um teísmo que recusa certos elementos religiosos, assim como algumas posições ateístas, como por exemplo: atributos morais divinos; concepção de Deus revelado; ação da graça; e, por fim, a ressurreição como prefiguração de um estado futuro e eterno.

⁵ Cf. HUME, 2005, p. 25.

⁶ Cf. HUME, 2005, p. 25.

⁷ Cf. HUME, 2005, p. 44.

A respeito dessa questão, sublinharemos que, na *Investigação acerca do entendimento humano*, Hume afirma que a ideia de Deus compreendida como Ser infinitamente inteligente e bondoso é derivada das operações da nossa mente, elevando ao limite, de forma antropomórfica, as qualidades humanas de bondade e sabedoria⁸. Sendo assim, o que se considera como ser de suprema sabedoria, inteligência e bondade, causa imediata dos acontecimentos e fenômenos naturais, não pode ser sentido, nem conhecido, nem concebido pelo espírito humano, uma vez que não encontramos uma impressão correspondente a essa ideia. No entanto, apesar dessas posições, a pretensão do autor não é negar a existência de uma divindade, visto que através do teísmo genuíno abre-se a possibilidade da existência de um Ser supremo como causa última e original de todas as coisas, por outro lado, essa concepção não quer abrir precedentes que levem à afirmação de efeitos imediato da volição ou providência particular desse mesmo Ser.

Para que possamos compreender mais a fundo a gênese da ideia de Deus, primeiramente, “... devemos voltar nosso pensamento para o politeísmo, a religião primitiva dos homens incultos” (HUME, 2005, p. 29) que foi, sem dúvidas, a primeira religião da humanidade. Nesse sentido, ao recorrermos ao testemunho histórico observaremos que, desde à Antiguidade, a humanidade encontrava-se imersa no politeísmo⁹, uma vez que a concepção monoteísta, em qualquer uma de suas formas, tornou-se inacessível a muitos povos.

De acordo com os argumentos humanos, a origem do sentimento religioso no homem está estreitamente entrelaçada com as preocupações cotidianas, sendo assim, de acordo com as palavras de Hume: “Podemos concluir, portanto, em todas as nações que abraçaram o politeísmo, as primeiras ideias de religião não nasceram de uma contemplação das obras da natureza, mas de uma preocupação em relação aos acontecimentos da vida, e da incessante esperança e medo que influenciam o espírito humano” (HUME, 2005, p. 31). Podemos afirmar, então, que as divindades são concebidas e buscadas, não pela procura à verdade, mas pelas paixões humanas, como a preocupação pela felicidade e no temor de futuras calamidades, entre outras coisas. Por essa visão, a boa ou a má fortuna no desenrolar da vida e da natureza ocorrem de acordo com a boa ou má celebração dos

⁸ Cf. HUME, 2004, p. 14.

⁹ Cf. HUME, 2005, p. 23.

sacrifícios, ritos e cerimônias¹⁰. Assim, agitados pelas suas paixões, os homens suplicam o intermédio das divindades por sua “... ansiosa busca da felicidade, o temor de calamidades futuras, o medo da morte, a sede de vingança, a fome e outras necessidades” (HUME, 2005, p. 32).

Por desconhecer as verdadeiras causas que regem o mundo, os homens são levados por uma ansiosa expectativa dos acontecimentos futuros, e orientados pela imaginação, a atribuírem às divindades poderes invisíveis que regem o curso da natureza, da qual somos totalmente dependentes. Sendo assim, a gênese das divindades por parte dos homens está enraizada no desconhecimento das causas que dão regularidade à natureza. Por isso, quanto mais o homem vive sua existência guiada pelo acaso, mais ele é supersticioso¹¹.

Hume admitirá que, por uma tendência geral, o homem conceberá as divindades segundo a sua própria imagem, isto é, transfere-se para a divindade aquelas qualidades que são julgadas como as mais elevadas e que estão mais familiarizados¹². Por isso, o emprego de prosopopeias nas poesias e mitos da Antiguidades ocorrem de modo frequente¹³, uma vez que, que tanto na aparência quanto nos desejos das divindades se igualavam ao homem. Portanto, por desconhecerem as causas do mundo, os homens confiam quase que cegamente no poder dos deuses e com trêmula curiosidade quantos aos eventos futuros, entregam a eles a responsabilidade pelos poderes da natureza. Por conseguinte, para que eles sejam favoráveis aos desejos humanos, é necessário realizar os sacrifícios, como exercícios litúrgicos, a fim de obter dos deuses os efeitos esperados. Concluiremos que, segundo Hume:

(...) em todas as nações que abraçaram o politeísmo, as primeiras ideias da religião não nasceram da contemplação das obras da natureza, mas de uma preocupação em relação aos acontecimentos da vida, e da incessante esperança e medo que influenciam o espírito humano. (HUME, 2005, p. 31)

¹⁰ Cf. HUME, 2005, p. 32.

¹¹ Cf. HUME, 2005, p. 37.

¹² A tese de Hume de conceber um deus Arquitecto como semelhante ao homem, sendo dotado de poderes infinitos, vai de encontro aos fundamentos judaicos, cristãos ou islâmicos, em que se concebe um único Deus do qual, como se pode verificar, criou o homem à sua imagem e semelhança Cf. HUME, 2005, p. 36.

¹³ Cf. HUME, 2005, p. 36-38.

Uma vez que os homens se ausentam das perguntas essenciais acerca de sua existência e deixam por conta do acaso o governo de sua vida, uma das alternativas encontradas para driblar os efeitos arbitrários da natureza é recorrer aos poderes invisíveis das divindades. Nesse contexto, Hume afirma: “Não é surpreendente, então, que o homem, absolutamente ignorante das causas, e ao mesmo tempo tomado por tamanha ansiedade quanto ao seu futuro destino, reconheça imediatamente que depende de poderes invisíveis, dotados de sentimentos e inteligência” (HUME, 2005, p. 37). Nota-se que os homens não procuram as divindades para que elas respondam aos anseios mais profundos da existência humana ou questões abstratas, mas, pelo contrário, buscam as soluções para as suas crescentes necessidades vitais. Hume afirma que, justamente, pelos sentimentos humanos de esperança e medo, surgem as primeiras divindades, as quais são procuradas pelos homens, que tentam agradá-las (uma forma de adulação), com o intuito de obter delas alguma sorte sobre seu destino¹⁴.

Pela própria estrutura, o politeísmo, por meio de sua diversidade de sistemas, tem a possibilidade de responder às necessidades do homem, uma vez que as divindades nascem de acordo com os seus anseios. Todavia, sendo prisioneiros da incerteza, os homens se entregam aos erros mais grosseiros e evidentes, e imbuídos por um espírito supersticioso se satisfazem com respostas superficiais e, por vezes, inescrupulosas. Hume, em sua interpretação acerca desse sistema religioso, afirma: “Os homens comuns provavelmente nunca foram levados tão longe em suas pesquisas, nem derivaram da razão seus sistemas religiosos, embora filólogos e mitólogos, como vimos, jamais manifestaram tanta penetração” (HUME, 2005, p. 51). Contudo, por não se questionarem de maneira profunda sobre sua existência, e das coisas que o rodeiam, o interesse do homem versa em encontrar respostas imediatas às suas necessidades. E por elas, os homens imaginam que as suas divindades possam, através de seus poderes ocultos e inteligentes, garantir a eles prosperidade em suas vidas.

O culto politeísta, conforme a interpretação apresentada por Hume, está estreitamente vinculado às necessidades do homem. Disto segue que as divindades, apesar de seus poderes, não são concebidas

¹⁴ Cf. HUME, 2005, p. 37.

diferentemente dos homens, pois conservam as paixões e apetites humanos. Sendo assim, como afirma HUME (2005, p. 56), em sua maior parte, “foram outrora homens, e que sua *divinização* deve-se a admiração e ao afeto do povo”¹⁵. Por isso, em decorrência da incapacidade humana de questionar-se, algo que predomina entre incultos, os homens, facilmente, serão levados pelos seus sentimentos, imaginando que cada evento ocorra por uma produção divina¹⁶.

“A doutrina de um deus supremo e único, autor da natureza, é muito antiga e propagou-se entre nações importantes e populosas, onde os homens de todas as classes e de todas posições sociais a abraçaram” (HUME, 2005, p. 59). Assim, pelo declínio das doutrinas politeístas e ascensão da crença em um único deus, acredita Hume, tem como fundamento a razão, mas, como no politeísmo, carregam também a superstição e a ignorância humana. Não obstante, salienta Hume, movidos por suas tendências idólatras, os homens se agarraram em suas mais recônditas crenças particulares, e à medida em que o temor e a misérias se fazem mais fortes, há a invenção de novas formas de adulação, a fim de agradar a divindade¹⁷.

Portanto, em primeiro lugar, como podemos perceber através das palavras de Hume, o politeísmo é a primeira forma de religiosidade do homem e, por conseguinte, o monoteísmo tem-se originado da evolução do politeísmo e, conseqüente, da supremacia de um deus sobre os demais¹⁸. Em segundo lugar, por meio de uma reflexão, o homem, de acordo com Hume, poderá se perguntar, a partir da experiência causal, se há algum desígnio ou inteligência na qual estão fundamentados a regularidade e uniformidade da natureza. Por isso, podemos afirmar que o monoteísmo nasce do politeísmo e a

¹⁵ Devemos sublinhar que, de acordo com Hume, as divindades são tão pouco superiores aos homens, uma vez que estes podem ser convertidos em deuses ao ganharem a gratidão dos homens por algum benefício concedido. Cf. HUME, 2005, p. 56.

¹⁶ Podemos observar que o homem, por seu modo grosseiro e vulgar de considerar o mundo, legitimará a existência de seres divinos cujos eventos são deles derivados. Por isso, ao retratar o deus da guerra será naturalmente representado através de uma figura violenta, cruel e furiosa. Assim como o deus da poesia, representado por sua distinção, educação e amabilidade. Por fim, o deus do comércio poderá ser desenhado como desonesto e impostor. Por notar que através desses exemplos os homens são levados a unir o poder invisível a algum objeto de natureza visível (Cf. HUME, 2005, p. 53).

¹⁷ Cf. HUME, 2005, p. 61-62.

¹⁸ Cf. HUME, 2005, p. 61.

passagem de um ao outro encontra-se a partir da tomada da razão do homem de questionar as causas dos eventos da natureza. Podemos, então, através das palavras de Hume, concluir que: “Eis aqui a origem da religião e, conseqüentemente, da idolatria ou do politeísmo” (HUME, 2005, p. 72).

Para clarificarmos essa questão, como explicitará na obra *História natural da religião*, Hume faz a distinção entre a providência particular e a providência original, que respectivamente, são apresentados como teísmo supersticioso e teísmo genuíno: o primeiro tipo de providência, o qual delineamos até aqui com o politeísmo e o monoteísmo, se refere aos acontecimentos da natureza como efeitos imediatos e arbitrários das volições particulares da divina suprema, esta que é por Hume rejeitada. Já a providência original, por Hume aceita, se refere às leis gerais e imutáveis, que regem a ordem ou o desígnio da criação, no entanto, mesmo defendendo a existência de um ser supremo, este se limita em dar o impulso originário.

A distinção entre os tipos de providência, que representa também os tipos de teísmos, permeia toda extensão da *História natural da religião*. Por isso, através da observação histórica da religião, Hume leva-nos a observar que a percepção das divindades e seus poderes estão entrelaçados com as crenças supersticiosas. Elas nascem no politeísmo e com seu declínio, em virtudes de erros grosseiros e de concepções vulgares¹⁹, de seu interior originam-se as crenças monoteístas. Mas, como diz Hume, por intermédio de alguma reflexão, poderemos vislumbrar certa regularidade e uniformidade na natureza, na qual afirmaremos a possibilidade da existência de uma mente organizadora:

Pois o homem, tendo aprendido através de preconceitos supersticiosos a dar importância a algo falso, quando isso lhe falta e ele descobre, ao refletir um pouco, que o curso da natureza é regular e uniforme, toda sua fê cambaleia e desmorona. Mas quando chega a aprender, por meio de uma reflexão mais profunda, que precisamente tal regularidade e uniformidade constitui a prova mais clara da existência de um desígnio e de uma inteligência suprema, volta àquela crença que tinha abandonado e pode, agora, estabelecê-la sobre fundamento mais firmes e duráveis. (HUME, 2005, p. 60-61)

¹⁹ Cf. HUME, 2005, p. 73.

Recorrendo à história da humanidade e voltando-nos para a Antiguidade clássica, berço da filosofia, os primeiros filósofos não pensavam em incluir em seus sistemas uma divindade como causa criadora. Por refletir acerca das causas primeiras, até então desconhecidas ou explicadas de maneira alegórica, buscam, por um lado, se afastar concepções míticas do pensamento, por outro, procuram, de modo racional, a causa de todas as coisas. Nesse contexto, podemos citar Tales de Mileto, que no século VI a.C. afirmou que era a água o elemento formador do universo, sua importância não consiste propriamente no elemento água, mas da reflexão das causas desconhecidas para que pudesse chegar a este elemento. Nessa esfera, o afastamento das divindades com seus poderes ocultos, por meio da razão, perguntando-se acerca da causa primeira de todas as coisas, faz com que esses primeiros filósofos sejam acusados de ateísmo, uma vez que deixam de lado esses cultos supersticiosos são acusados de blasfêmia por não reconhecer tais poderes divinos²⁰.

O monoteísmo conservará alguns princípios do politeísmo, pois verificamos que alguns traços, irracionais e supersticiosos, estão presentes em ambas formas de crença. Sendo assim, ao compararmos as religiões politeístas com as monoteístas, notamos que a primeira forma de culto, assenta-se sobre as mais inescrupulosas tradições ao ponto de conceber práticas ou opiniões bárbaras de acordo com a credulidade dos homens. Por outro lado, totalmente oposto, o monoteísmo supondo que exista uma única divindade, que é a perfeição da razão e da bondade, rejeitando os cultos frívolos, irrazoáveis e desumanos. Estes cultos, rejeitado pelos monoteístas, devem ser banidos uma vez que não oferecem aos homens os princípios mais imperiosos de justiça e benevolência. As palavras de Hume, acerca dos demais cultos religiosos que não seja monoteísta, são enfáticas: “Quando se admite um único objeto de devoção, a

²⁰ Cf. HUME, 2005, p. 50.

adoração de outras divindades é considerada absurda e ímpia” (HUME, 2005, p. 76).

O culto monoteísta, por sua vez, nos apresenta um Deus que é a representação fiel da bondade e da moral. Sendo assim, todos os atos realizados pelos homens para que sejam considerados bons, devem estar pautados nos mandamentos divinos, por outro lado, os homens que fogem destas prescrições serão proscritos. Por isso, contestar a autoridade divina é considerada falta grave e que pode acarretar reações duras²¹. Perante essas questões, Norton afirma:

A partir desta conclusão Hume continua a argumentar que o monoteísmo, aparentemente a posição mais sofisticada, é na verdade moralmente retrógrada, pois, uma vez tendo se estabelecido, o monoteísmo tende naturalmente para o status quo e a intolerância, estimulando degradantes “virtudes monásticas”, sendo mesmo um perigo para a sociedade, pois demonstra ser uma causa de atos violentos e imorais contra aqueles que não conseguem agir de acordo com seus princípios. Em contraste, o politeísmo é tolerante com a diversidade e incentiva virtudes naturais que melhoram a condição humana, sendo, portanto, de um ponto de vista moral, superior ao monoteísmo. (NORTON, 2009, p. 30, tradução nossa)²²

Pelas palavras de Hume: “*A ignorância é a mãe da devoção*”. Podemos entrever que o argumento humeano, por intermédio dessa máxima, quer ressaltar que com facilidade que os

²¹ De acordo com as próprias palavras de Hume: “quanto aos partidos eclesiásticos, podemos observar que, em todas as épocas do mundo, o clero tem sido inimigo da liberdade; e certamente essa sua conduta constante deve ter se baseado em razões permanentes de interesse e ambição. A liberdade de pensamento, e de expressão dos pensamentos, é sempre fatal ao poder clerical, bem como às piedosas fraudes em que geralmente assenta (...)”. (HUME, 2005, p. 168 e 169).

²² No original: “From this conclusion Hume goes on to argue that monotheism, seemingly the more sophisticated position, is in fact morally retrograde, for, once having established itself, monotheism tends naturally toward zeal and intolerance, encourages debasing, “monkish virtues”, and is itself a danger to society because it proves to be a cause of violent and immoral acts directed against those who fail to act in accord with its tenets. In contrast, polytheism is tolerant of diversity and encourages those genuine virtues that improve the circumstances of humankind, and thus from a moral point of view is superior to monotheism.” (NORTON, 2009, p. 30)

homens tendem a acreditar em um poder superior²³. Se guiando esse fio condutor, afirma Hume, o homem ao observar os fenômenos da natureza, por uma simples reflexão, certamente, conseguirá entrever a ordem do universo, no entanto, aqueles deixam-se guiar por elementos supersticiosos são denominados de ignorante, norteiam-se, portanto, por uma crença religiosa cega²⁴. Nesse contexto, Quinton, acerca do Deus do monoteísmo, afirma: “(...) é menos tolerante que seu predecessor selvagem. Outra deficiência moral do monoteísmo é sua preferência por ‘virtudes monásticas’ tais como a humildade em oposição à coragem e à autoconfiança de nossos ancestrais” (QUINTON, 2009, p. 56).

Tendo em vista que as causas que governam o destino do homem, por parecerem demasiadamente obscuras e aleatórias, necessitam de um princípio inteligível que as clarifiquem. Desse modo, Hume argumentará que a passagem da providência particular à providência original ocorre paulatinamente: primeiramente, o homem imbuído por suas crenças supersticiosas, busca na intervenção divina a resolução de suas necessidades e, posteriormente, desvinculando-se dessas práticas supersticiosas, por meio de reflexões acerca do fluxo da natureza, poderá admitir uma providência original da mente suprema. Nesse sentido, essa providência, denominada também como plano ou desígnio fixado nas leis gerais que governam a ordem natural do Universo, é de caráter imutável e eterno, sendo assim, exclui qualquer intervenção, seja ela milagrosa, revelacional e escatológica, tal como é apresentada pelo carácter redentor de algumas religiões²⁵.

Perante as conclusões extraídas da *História*, recorreremos à Gaskin que faz uma hermenêutica idônea da obra de Hume. De acordo com esse comentador, as rotulagens de ateu, cético e agnóstico acerca da religião são enganosas, uma vez que não conseguem perceber a distinção, feitas por Hume, entre teísmo genuíno e teísmo supersticioso, que retratam sua crítica ao politeísmo idolátrico e ao

²³ Cf. GASKIN, 2009, p. 486.

²⁴ De acordo com esse contexto, afirma Norton: “O ponto importante, de qualquer modo, é a sugestão de que toda crença religiosa deriva inicialmente do medo e da ignorância, e, além disso, que incentiva o desenvolvimento contínuo dessas características indesejáveis” (NORTON, 2009, p. 30, tradução nossa). No original: “The important point, however, is the suggestion that all religious belief derives initially from fear and ignorance, and, moreover, that it encourages the continued development of these undesirable characteristics” (NORTON, 2009, p. 30)

²⁵ Cf. HUME, 2005, p. 98-101.

dogmatismo religioso do monoteísmo²⁶. Portanto, a posição acerca da religião que pode caracterizar o pensamento humeano não é a neutralidade, mas por conta de sua profunda crítica podemos afirmar que sua atitude seja uma irreligião.

Concordando com a forma com que Gaskin interpreta os argumentos humeanos acerca da religião, sem dúvidas a crítica de Hume à religião não implica na inexistência de Deus, mas, por conseguinte, na identificação de um agente ordenador da natureza. Dessa forma, a posição atribuída a posição religiosa de Hume é designada pelo termo “deísmo atenuado”²⁷. Este termo, próximo do teísmo genuíno, admite a noção de um Deus, causa primeira de todas as coisas, criador do mundo e ordenador das leis da natureza.

A posição de Monteiro, descrita na introdução ao livro sobre as obras da religião de Hume, concordando com a perspectiva apresentada por Gaskin, reafirma o termo deísmo atenuado que defende a existência de um Ser supremo criador do mundo, no entanto, nega a sua intervenção sobrenatural, como uma providência particular. Todavia, mesmo que essas posições não sejam apresentadas de forma explícita, deve ficar a cargo do leitor qualquer decisão acerca da posição religiosa de Hume. Contudo, atualmente, não há nenhum posicionamento que veja Hume como ateu, e poucos, como Noxon, o veem como um agnóstico²⁸.

Mesmo que Hume aceite a existência de um Ser supremo como criador e ordenador universal, não implica que possamos atribuir quaisquer qualidades a ele. Nessa perspectiva, os graus de poder, inteligência e benevolência que são manifestos através da natureza, ao atribuí-los a alguma divindade, supondo certas qualidades, recaímos ao campo da hipótese²⁹. Por isso, atribuir à existência de um Ser supremo por meio da experiência da ordem visível da natureza, não significa que pressupondo a existência de um Deus conheçamos sua natureza e, do mesmo modo, como a ordem da natureza é por ele dispensada³⁰. A harmonia e ordem apresentadas pelo “deísmo atenuado” de Hume sugere um Ser inteligente, como uma máquina perfeita, em que o mundo criado nos faz perceber uma organização com leis fixas e imutáveis, garantia da ordem e da

²⁶ Cf. GASKIN, 1988, p. 1.

²⁷ Cf. GASKIN, 1988, p. 1.

²⁸ Cf. HUME, 2005, p. XVI.

²⁹ Cf. HUME, 2004, p. 70.

³⁰ Cf. HUME, 2005, p. 62.

harmonia, onde todas as coisas subsistem, dando vida e movimento³¹. A apresentação da providência original quer ressaltar que existe um ser supremo que cria as leis e organiza o universo de forma imutável e eterna, contudo, não há nenhuma ulterior intervenção, seja ela milagrosa, o que muitas religiões acreditam como atributo de Deus.

Todas as religiões, portanto, por mais benéficas que possam parecer, seus seguidores a fim de alcançar os favores divinos, como afirma Hume, encaminham-se “(...) por práticas frívolas, por um zelo imoderado, por êxtases violentos ou pela crença em opiniões misteriosas e absurdas” (HUME, 2005, p. 115).

Em suma, o medo e o desconhecimento das causas primeiras impulsionam o homem para a crença nos poderes divinos. Essa questão ocorre principalmente nas religiões reveladas, nas quais a ignorância e a superstição se sobrepõem à razão. Este não é o que ocorre na religião natural, pois através da racionalidade rechaça os perigos dos atos devocionais baseados na ignorância. Portanto, acerca dessa problemática, escreve Hume:

É tudo uma incógnita, um enigma, um mistério inexplicável. O único resultado de nossas investigações mais meticulosas sobre esse assunto parece ser a dúvida, a incerteza e a suspensão do juízo. Mas tal é a fraqueza da razão humana e tal é o irresistível contágio da opinião que dificilmente poderíamos manter essa dúvida deliberada, se não ampliássemos nossa visão e, opondo uma espécie de superstição à outra, as colocássemos em disputa, enquanto de nossa parte, durante essa fúria e controvérsia, felizmente escapássemos para as regiões calmas, ainda que obscuras, da filosofia. (HUME, 2005, p. 126)

Desse modo, com base nos argumentos humeanos, podemos afirmar que o politeísmo é a religião original de todos os homens, uma vez que, levados por suas superstições, os homens buscam nos poderes ocultos das divindades elementos que satisfaçam suas vicissitudes beneficiando-os ou afastando os males. Não há outra explicação para este momento histórico da religião a não ser a satisfação das necessidades humanas, por isso explica-se a concepções de divindades com traços antropomórficos, pois elas nascem das

³¹ Cf. HUME, 2005, p. 116.

projeções que ultrapassam os limites do próprio homem. Ademais, em um processo análogo ao desenvolvimento social, os homens elege uma divindade como sendo a principal, pois através dela muitos benefícios são recebidos, então, começa a existir uma predominância de uma divindade sobre as demais. No entanto, as adulações dos ritos anteriores não são cessadas, mas apenas canalizados que influenciam, direta e/ou indiretamente, na vida da sociedade. Esse percurso levamos à indagarmos de que modo, através de nossa investigação, podemos compreender a concepção de um desígnio sobre o qual toda a natureza e a vida humana estão inseridos.

Hume, através da *História natural da religião*, quer ressaltar a importância do movimento histórico da religião que culmina na hipótese de um desígnio ordenador que, através de sua providência original, permeia toda a natureza. Embora permeie a *História*, a problemática do desígnio é o enfoque dos *Diálogos sobre a religião natural*.

Destarte, influenciado pela racionalidade iluminista, Hume buscará compreender a causa ordenadora de todas as coisas através da experiência. Sua obra suscita inúmeros questionamentos, até mesmo pelos limites das fontes históricas. Contudo, esta publicação gerou um clima de certa insegurança entre dois pontos: abandono definitivo da religião ou nova fundamentação da filosofia da religião. Nesse sentido, assim como Mounce ressalta, a hipótese que Hume redigiu na *História* e que buscará desenvolvê-la nos *Diálogos sobre a religião natural*, conseqüentemente, qualquer prisma antiteológico pode ser descartado, fazendo desta obra, no mínimo, ser considerada interessante³².

³² Mounce avança igualmente uma hipótese interessante. Hume, ao rejeitar o argumento do desígnio, o faria por razões de paridade com sua própria epistemologia. A experiência é uma instância epistemológica insuficiente para fornecer uma explicação, seja das “conclusões na ciência” seja das conclusões na “teologia natural” (Cf. MOUNCE, 1999, p. 110). No entanto, Mounce trata indistintamente os argumentos da seção XI da *Investigação sobre o Entendimento Humano* e os argumentos dos *Diálogos*. Para ele, quando Hume nega o princípio da ação permanente da providência, ele estaria igualmente a negar a legitimidade da ciência; como não se pode inferir do efeito mais do que aquilo que é percebido no próprio efeito (a causa deve ser proporcional ao efeito), então, como argumenta Mounce (Cf. MOUNCE, 1999, p. 111), não se poderia inferir da harmonia do mundo a existência da providência, pois seria atribuir ao efeito propriedades que nele estão ausentes. Ora, Hume tinha perfeita noção desta dificuldade e a tratou como convinha através de duas estratégias distintas. Em primeiro lugar, na seção XI da *Investigação sobre o Entendimento Humano*, pressupôs a ação da providência e

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 943.

BROW, R. Origins of Religion. in *The World's Religions*. England: Lion Publishing, 1982. p. 30-48.

CABEZAS, Domingo. Hume. Madrid: Montesinos/Esencial, 2008.

GASKIN, J. C. A. Hume on Religion. In: NORTON, Dave Fate (org.). *The Cambridge companion to Hume*. Cambridge University Press: New York, 2009.

GASKIN, J.C.A. *Hume's Philosophy of Religion*. London: Macmillan, 1988.

HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *Obras sobre religião*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

_____. *História natural da religião*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

limitou-se a apontar algumas dificuldades para esta hipótese. Já nos *Diálogos*, Hume enfrentou a árdua tarefa de justapor uma alternativa que, ao que eu saiba, jamais considerou verdadeira, mas apenas (como torna-se claro na parte VIII dos *Diálogos*) mais plausível. Da mesma forma, Hume nunca considerou verdadeira sua hipótese do hábito, mas apenas a hipótese mais plausível. Registre-se que eu considero de extrema importância ressaltar esta leitura de Mounce, pois ela auxilia-nos a compreender a importância de separar metodologicamente as estratégias utilizadas por Hume nos dois textos que estão em questão. Se tomamos simplesmente o método empirista de Hume como um guia para rejeitar as hipóteses teológicas, temos de tomá-lo também como uma boa razão para suspeitar de qualquer hipótese acerca da harmonia natural (e, como bem argumenta Mounce, de qualquer hipótese científica). No entanto, desde a formulação da hipótese do hábito (pelo menos), Hume se assume como um filósofo construtivo, e esta atitude não é abandonada nos *Diálogos*. Esta atitude, talvez por razões de estratégia metodológica, foi abandonada na seção XI da *Investigação sobre o Entendimento Humano*, onde nenhuma hipótese alternativa foi proposta. Contudo, como a parte VIII dos *Diálogos* mostra, Hume adianta uma interessante hipótese rival ao argumento do desígnio.

LOCKE, John. *An Essay concerning human understanding*. London: G. Routledge, 1948.

MONTEIRO, J. P. *Hume e a epistemologia*. Imprensa Nacional\Casa da Moeda, 1984.

MOUNCE, H. O. *Hume's Naturalism*. London: Routledge, 1999.

NORTON, David Fate. An introduction to Hume's thought, in: NORTON, Dave Fate (org.). *The Cambridge companion to Hume*. Cambridge University Press: New York, 2009.

O'CONNOR, David. *Hume on religion*. London: Routledge Philosophy Guidebook, 2001.

PENELHUM, T. *Hume*. London: MacMillan, 1975.

QUINTON, Anthony. *Hume*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

STROUD, B. *Hume*. London: Routledge, 1977.

SWINBURNE, Richard. *The Existence of God*. New York: Oxford University Press, 2004.

Recebido em: nov./2016

Aprovado em: jun./2017